

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Karajá Xambioá - Aldeias: Xambioá, Aldeia Wari Lyty, Aldeia Kurehê e Aldeia Hawa Tymyra.</p> <p>Local: Centro de Ensino Médio indígena Karajá Xambioá, Aldeia Wari Lyty, na Terra Indígena Karajá Xambioá, município de Santa Fé do Araguaia - TO.</p> <p>Data: 14 a 16 de abril de 2025.</p> <p>Duração: 3 dias.</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderadores: Mary Lucia da Silva Ferreira Lima (Plantuc); Andrea Carillo (Plantuc), Camila Marinho Mendes (Plantuc), Lucélia Neves, Elso Pedro De Oliveira e Gedom Jorge Gonçalves</p> <p>Relator(a): Veronica Calamante (Plantuc) e Karolliny Neres De Oliveira</p> <p>Facilitador(a) Gráfico: Mamede Karin Chaaban</p> <p>Tradutor(a) para Línguas Indígenas: -</p> <p>Técnico(a) em Comunicação: Sikupti Maciel De Brito Xerente e Sara Coralina Pereira Lima</p> <p>Recreador(a): Roberta Mendes e Duanny Macario</p> <p>Articulador(a) Comunitário(a): Kainan Kundionan Karajá</p> <p>Representante do Poder Público: Srêwê Xerente (Semarh)</p> <p>Outros Participantes com papel relevante: Roseneide Sena (Consultora Tocar)</p>	
DIA 01: SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Marquinhos Karajá (presidente da ARPIT) 2. Cacica Marlene (Karajá; aldeia não informada) 3. Cacique Ruberval (Karajá; aldeia não informada) 4. Silivan Karajá Amorim (FUNAI) 5. Cacique Tevaldo (Kurehê) 6. Clarisse Raposo (FUNAI) 7. Eduardo Biagioni (FUNAI) 8. Leonardo (Secretário Municipal do Meio Ambiente de Santa Fé do Araguaia) 9. Avaniilson Karajá (Xambioá; Ministério dos Povos Indígenas) 10. Roseneide Sena (Consultora TOCAR) 11. Adelbanio “Tio Dé” (Secretário Municipal da Agricultura de Santa Fé do Araguaia) 12. Gilvan Karajá (Wari-Lyty) 13. Eidilane Karajá (Kurehê) 	

14. Vicencia Karajá (Kurehê)
15. Jamily (aldeia não informada)
16. Augusto Karajá (Wry-Lyty)
17. Suelen Karajá (Xambioá)
18. Elloar Moreira (Xambioá)
19. Meiriam M. Leite (Araguaína)
20. Adão Karajá (Wry-Lyty)
21. Indianor Guarani (Hawa-Tymara)
22. Vitória Sousa (aldeia não informada)
23. Mauro Karajá (Xambioá)
24. Rainan Moreira da Silva (Xambioá)
25. Fileman Karajá (Wry-Lyty)
26. Silvian Karajá (Araguaína)
27. Graziela Karajá (Wry-Lity)
28. Yasmim Karajá (Wry-Lyty)
29. Danielle Carvalho Karajá (Xambioá)
30. Lucele Karajá (Hawa-Tymara)
31. Tewa Karajá (Xambioá)
32. Mauricia Karajá (Xambioá)
33. Viviane T. Karajá (Xambioá)
34. Maria Eduarda Karajá (Xambioá)
35. Sandra Gomes Karajá (Wry-Lyty)
36. Rosangela Mahike F.D.C Karajá (Wry-Lyty)
37. Milena Karajá (Hawa-Tymara)
38. Simão Karajá (aldeia não informada)
39. Kaylane Gabriela da Silva (Xambioá)
40. Keilla Karajá (Xambioá)
41. Luiz Pereira Karajá (Wry-Lyty)
42. Wireria Karajá (Wry-Lyty)
43. Luiz Felipe (Kurehê)
44. Amanda Karajá (Hawa-Tymara)
45. Sabrina Karajá (Wry-Lyty)
46. Hatawaki Karajá (Wry-Lyty)
47. Zé Roberto (Xambioá)
48. Kauany Karajá (Xambioá)
49. Thiago Karajá (Wry-Lyty)
50. Thalia Souza Karajá (Hawa-Tymara)
51. Mariana Karajá de Sousa (Hawa-Tymara)
52. Kaynã Karajá (Wry-Lyty)
53. Xikirio Karajá (Hawa-Tymara)
54. Ester Moreira Azevedo (Xambioá)
55. Kainan Kundianan Karajá (Wry-Lyty)
56. Guilherme Souza Karajá (Xambioá)
57. Marcos Ferreira G. (Hawa-Tymara)
58. Lorraine I. T. M. K. (Hawa-Tymara)
59. Rita Macará Karajá (Hawa-Tymara)
60. Edilson Karajá (Xambioá)
61. Sidileia Karajá (Xambioá)

62. Patrício Karajá (Wry-Lyty)
63. Marlene da Silva Karajá (Manoel Achure)
64. Celma Karajá Freitas (Xambioá)
65. José B. (Wry-Lyty)
66. Roberval Karajá (Hawa-Tymara)
67. Francisco Sales (Xambioá)
68. Railton M. T. Karajá (Hawa-Tymara)
69. Maylane Wadiru D. A. Karajá (Kurehê)
70. Divina Ferreira C. (Kurehê)
71. Marcia Karajá (Wry-Lyty)
72. Wesley B. Guarany (Xambioá)
73. Nagila B. da Silva (Xambioá)
74. Flavio Xerente (Xambioá)
75. Maiara Karajá (Xambioá)
76. Mizael Karajá (Wry-Lyty)
77. João Paulo Karajá (Xambioá)
78. Ricardo Karajá (Wry-Lyty)
79. Renato Karajá (Wry-Lyty)
80. Atison Ferreira (Wry-Lyty)
81. Welder Wachire Dias Aires Karajá (Hawa-Tymara)
82. Felipe Karajá (Wry-Lyty)
83. Thais Sousa Karajá (Hawa-Tymara)

Abertura

Srêwê Xerente (SEMARH) começa a abertura às 17:40.

Em seguida, Marquinhos (ARPIT) solicitou uma salva de palmas em homenagem a Maurícia e convidou a Cacica Marlene (Karajá), Robson, o Cacique Ruberval e Ruth para a prece inaugural.

Srêwê Xerente (SEMARH) convida os representantes Cacica Marlene, Konka (Vice cacique) e Silivan (FUNAI) proferiram as boas-vindas aos presentes. Dá as boas-vindas.

Rose (Consultora Tocar) abordou o esclarecimento de dúvidas, ressaltou a relevância da participação e realizou a apresentação dos integrantes da oficina.

Cacique Tevaldo (Kurehê) também expressou suas boas-vindas.

Marcos (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins - ARPIT): solicitou a presença dos professores das aldeias e discorreu sobre a importância da atuação indígena na proteção territorial. Adicionalmente, enfatizou a relevância da consulta aos povos indígenas e o respeito do Estado brasileiro a esse processo de escuta.

Mary (Moderadora) iniciou a interação com os participantes, indagando sobre suas idades, identificando os professores presentes e as aldeias representadas: Kurehê Hawa Tamara, Manuel Achure e Wari-Lyty. Posteriormente, detalhou a dinâmica do diálogo, a programação e os acordos estabelecidos para o desenvolvimento da oficina.

Prosseguindo com a interação, a Moderadora questionou os participantes sobre o conhecimento prévio acerca do JREDD+ e introduziu a dinâmica do "buchicho", incentivando a formação de pequenos grupos para a elaboração de perguntas sobre o tema.

Kainan (Karajá e Participante) relatou o diálogo de seu grupo, que compreendeu o JREDD+ como um mecanismo de redução das emissões de gases de carbono, associado às crises climáticas e à diminuição do carbono proveniente do desmatamento. O grupo levantou questionamentos sobre a permissão de atividades tradicionais como a confecção de canoas e a prática da agricultura, ambas dependentes da madeira. Indagaram também sobre a possibilidade de pesca e a manutenção da autonomia dos indígenas em relação aos recursos naturais.

Marlene (Karajá e Participante) compartilhou as considerações de seu grupo, que confirmou o conhecimento sobre o JREDD+. Como pontos positivos, o grupo destacou a prevenção do desmatamento descontrolado, a mitigação do aquecimento global, os benefícios para as comunidades tradicionais e a preservação dos recursos naturais. Em relação aos pontos negativos, mencionaram potenciais conflitos internos e desafios na preservação dos recursos. O grupo formulou perguntas sobre o significado da sigla JREDD+ e sobre possíveis restrições ao uso da madeira.

Keila (Karajá e Participante) complementou, mencionando o interesse de outra Participante em conhecer os aspectos positivos do JREDD+, contrastando com informações negativas recebidas em outro território.

Augusto (Karajá e Participante) expressou seu desconhecimento sobre o tema e manifestou o desejo de compreender tanto os pontos negativos quanto os positivos.

Konka (Karajá e Participante) alinhou-se ao interesse em entender os aspectos negativos e positivos do programa.

Gilval Karajá (Participante) compartilhou que participou da primeira reunião que ocorreu. Reiterou o interesse em conhecer os prós e contras. Ele ponderou sobre os potenciais ganhos para a comunidade caso aderisse ao programa, citando a necessidade de brigadistas e a possibilidade de o JREDD+ trazer recursos para a proteção territorial. Destacou ainda a importância do meio ambiente e das árvores para o bem-estar global.

Simão (Karajá e Participante) compartilhou sua experiência nas consultas quando o era só RED, mencionando que na terceira reunião deste modelo antigo, foi informado sobre a relação do RED com o carbono e a possível restrição de atividades no território, incluindo a pesca e a coleta, caso a negociação fosse concluída. Ele expressou sua rejeição a essa condição. Relatou que posteriormente outra proposta foi apresentada, permitindo a continuidade da pesca e da extração de madeira, e manifestou sua dúvida em relação a essas diferentes propostas.

Luiz (Karajá e Participante) começa sua fala na sua língua nativa. Depois expressou desconhecimento sobre o JREDD+ e estabeleceu um paralelo com a chegada dos portugueses, que inicialmente foram bem recebidos, mas ao longo do tempo tomaram posse dos recursos indígenas. Questionou se o JREDD+ realmente traria benefícios genuínos para os povos indígenas e se seus impactos seriam positivos.

Mary (Moderadora) informou que as perguntas levantadas durante a dinâmica seriam respondidas pelos representantes do Estado.

Rose (Consultora Tocár) apresentou Avanilson Karajá (Ministério dos Povos Indígenas), para auxiliar na orientação da oficina.

Avanilson Karajá (Xambioá e Ministério dos Povos Indígenas, integrante da Rede COIAB [Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira]) explicou seu entendimento de que o JREDD+ é um processo adequado que será implementado em todos os territórios, ressaltando a importância da consulta aos povos indígenas. Ele avaliou que o JREDD+ pode ser positivo quando há consulta prévia e informada às comunidades indígenas. Destacou a grande necessidade de políticas para a proteção territorial, mencionando a pressão da agricultura nas áreas adjacentes aos territórios. Informou sobre a elaboração do PGTA (Plano de Gestão Territorial e Ambiental) dos povos Krahô, Apinajé e Xerente.

Mary (Moderadora) fez o encerramento da primeira parte da oficina às 19h10.

Em seguida, os homens da aldeia realizaram uma apresentação da Dança da celebração da alegria.

DIA 2: TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2025

PARTICIPANTES

1. João Paulo C. Karajá (Xambioá)
2. Maydiel Karajá (Kuhêrê)
3. Yara Kallyta Santos M. (Pará)
4. Yasmin Santos Miranda (Pará)
5. Maria Clara M. (Pará)
6. João Pedro S. Sousa (Pará)
7. João Lucas (Não identificado)
8. Nakidimu Karajá (Santa Fé do Araguaia)
9. Leonardo Reis C. (Manoel Achure)
10. Renata (Xambioá)
11. Adelbanio Ferreira (Santa fé do Araguaia)
12. Mikaely M. Karajá (Hawa-Tymara)
13. Priscila H. T. T. Karajá (Hawa-Tymara)
14. Murilo G. T. Loveira (Kurehê)
15. Eduardo B. (Funil)
16. Patrícia Karajá (Wry-Lyty)
17. Lucas A. Karajá (Xambioá)
18. Hatxiari E. Karajá (Xambioá)
19. Kaynan Karajá (Xambioá)
20. Maria Guarani (Não identificado)
21. Aurilso Karajá (Manoel Achure)
22. Hatawari Karajá (Wry-Lyty)
23. Zé Roberto (Xambioá)
24. Marcia L. Karajá (Não identificado)
25. Maria S. Karajá (Não identificado)

26. Cynthia Xeheru Karajá (Não identificado)
27. Wayllany T. Barros Karajá (Hara-Tymara)
28. Acra Pena Karajá (Não identificado)
29. Guilherme Sousa Karajá (Xambioá)
30. Keilla Teunaqui Karajá (Xambioá)
31. Eva B. Karajá (Wry-Lyty)
32. Katiuli Kureherú Karajá (Xambioá)
33. Thalia Souza Karajá (Hara-Tymara)
34. Eva Lima Karajá (Xambioá)
35. Thalia Souza Karajá Hawa-Tymara)
36. Marlene da Silva Karajá (Manoel Achure)
37. Marcos K. Ferreira G. (Hawa-Tymara)
38. Silivan Karajá A. (Araguaína)
39. Clarisse Raposo (FUNAI)
40. Mirian S. M. (Não identificado)
41. Natália Kuaxiru Karajá (Xurehê)
42. Ester Moreira Karajá (Xambioá)
43. Graziela Karajá (Wry-Lyty)
44. Danielle H. Carvalho Karajá (Xambioá)
45. Milena Achure Karajá (Hawa-Tymara)
46. Maijê Karajá (Sem identificação)
47. Adielma Gomes da Silva Karajá (Kurehê)
48. Luiz A. L. (Xambioá)
49. Rayfean da Silva Pereira (Xambioá)
50. Isaura Karajá (Sem identificação)
51. Werlder W. Dias Aires Karajá (Wry-Lyty)
52. Jeova Karajá (Hawa-Tymara)
53. Kauany Karajá (Xambioá)
54. Selma Karajá Feitosa (Xambioá)
55. Maria das Graças S. R. (Xambioá)
56. Francisca Rodrigues da Silva (Xambioá)
57. Mauricio Karajá (Xambioá)
58. Vitória B. de Sousa (Xambioá)
59. Kaynã A. Karajá (Xambioá)
60. Jamily Pereira Karajá (Xambioá)
61. Nariati Achurê (Xambioá)
62. Rosineide Karajá (Hawa-Tymara)
63. Tevaldo Moreira Karajá (Kurehê)
64. Kariny T. T. Karajá (Hawa-Tymara)
65. Darco Luca Karajá (Não identificado)
66. Silvana Karajá Amorim (Araguaína)

Abertura

Antes da abertura oficial, às 9:10 da manhã, a palhaça pipoca (recreadora Roberta), fez combinados e brincadeiras com as crianças presentes e pediu a autorização dos pais, para uma partida de futebol com as crianças depois do almoço.

Srewe Xerente (SEMARH) abriu o evento com agradecimentos à comunidade, e se colocou à disposição, como ponto focal do Estado.

Em seguida, Rose (Consultora Tocar) pega a fala, se apresenta e convida o líder da juventude da comunidade Karajá Xambioá, Kainan que ressaltou sua felicidade em participar do projeto, agradeceu a presença e empenho de todos os presentes.

Em seguida, convidou Marquinho (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins [ARPIT]), Adelbanio (Secretário Municipal da Agricultura), Leonardo Reis (Secretário Municipal do Meio Ambiente), e os representantes da FUNAI, Clarisse e Eduardo.

Clarisse (FUNAI) se apresentou, em seguida discorreu sobre a importância do evento, destacando o privilégio que é estar presente representando a Funai, “que luta constantemente pelos direitos dos povos indígenas”. Destacou as políticas ambientais do território, explicou as siglas do JREDD+, e chamou atenção para as ações da Funai e o papel das instituições como personagens importantes na história e na implementação do projeto jurisdicional do JREDD+. Destacou a secretária como proponente do projeto, e a atual ação como consulta à proposta do Estado.

Em seguida, pontuou as ações e compromissos que cabe a Funai, enquanto instituição federal. Se colocou à sua disposição, para garantir que a consulta seja completa, integral e de fácil compreensão a todos. Encerrou lembrando que os participantes têm o direito de questionar, quantas vezes forem precisas, e de pedirem esclarecimentos do que, exatamente, tem sido proposto pelo programa.

Eduardo (FUNAI) complementou dizendo que as oficinas são uma oportunidade única, de trocas entre a comunidade e o Estado. Reafirma o compromisso da Funai enquanto defensora dos interesses da comunidade, e se coloca à disposição.

Leonardo (Secretário Municipal do Meio Ambiente) destacou que o município está sempre presente na comunidade, por meio de articulações junto às lideranças, comenta a frequente luta de combate às queimadas, agradece ao secretário estadual Marcelo Leis, e se colocou à disposição para ajudar nas oficinas.

Adelbanio (Secretário Municipal da Agricultura) conhecido como Tio Dê, agradeceu o convite, e falou do compromisso da gestão em ouvir e estar presente nos eventos da região.

Marquinho Karajá (ARPIT) pegou a fala e pediu ao participante Gilvan Karajá para fazer uma oração. Durante o momento foi pedido a Deus entendimento para todos e proteção para as atividades. Seguiu ressaltando a importância das participações das comunidades, e de se posicionarem de forma crítica sobre as propostas do programa. Enfatizou os órgãos de fiscalização como parceiros deste projeto jurisdicional. Colocou as salvaguardas como necessárias, e pontos centrais da discussão e explana sobre a construção da hidrovía, como prejudicial.

Logo em seguida, elogiou que pela primeira vez os indígenas estão sendo consultados de fato, “desde o governo federal até o municipal essa consulta é pioneira dentro dos territórios”. Reforçou que as perguntas devem ser feitas e todas as dúvidas devidamente esclarecidas.

Em seguida, Andreia (Moderadora) conduziu as atividades, agradeceu as falas, e complementou destacando as oficinas como abertas a diálogos. Introduziu os próximos conteúdos da programação e apresentou os objetivos. Explicou como funciona a dinâmica do “cochicho” e seguiu as atividades.

Importância do Clima e das Florestas

Andreia (Moderadora) separou os grupos de 1 a 5, e fortaleceu as duas perguntas que devem ser respondidas pelos grupos: Por que as florestas são importantes? e qual a atual percepção do clima?

Às 11:04 os grupos voltaram a plenária. Andreia organizou a ordem das apresentações.

Grupo 1: Ressaltou a importância da floresta e o papel dos povos indígenas na resistência às mudanças climáticas. “As queimadas no ano passado foram muito prejudiciais, isso tudo causou inúmeros problemas, como: animais mortos dentro do território, poluição sonora, alta exploração da indústria, seca do rio Araguaia. Nosso território está no limite com a exploração do agro, e a falta de cuidado frente aos terreiros dentro da comunidade”.

Andreia (Moderadora) retoma a fala, parabeniza a apresentação do grupo, e chama os próximos.

Grupo 2: Organizou a apresentação em pontos positivos, e negativos que precisam ser trabalhados. “Reflorestamento, respeito com a terra que dá insumos para alimentação e artesanatos que refletem uma economia que é importante para os indígenas. Aumentar a área de vegetação para mais oxigênio, olhos de água, manutenção das espécies, fauna e flora”.

Nos pontos negativos, enfatizaram as mudanças climáticas que também chegaram aos territórios. “Impactam nas plantações e no oxigênio que afetam os humanos e as plantas, as queimadas que são feitas pelos homens e pela natureza, poluição dos rios, acampamentos nas praias que deixam lixos, os animais comem e isso colabora para a morte dos nossos animais, caças predatórias, falta de manejo adequados”

O grupo exemplificou com as tartarugas, afirmando que a presença dos “Toris” (não indígenas), a diferenças entre culturas, são prejudiciais para a aldeia: “traz drogas, alcoolismo, armas e conflitos, devemos limitar o acesso dos toris ao TI (território indígenas), uso de agrotóxico nas plantações perto, o vento traz pra dentro do território e mata abelhas e outros animais”. O grupo deixa uma pergunta a ser respondida ao longo da oficina. “o JREDD+ é redução de que?”

Andreia (Moderadora) retoma a fala, enaltecendo a ligação dos povos indígenas com a terra e o rio. E coloca a natureza como fornecedora de alimentos e subsídio econômicos, em seguida chamou o próximo grupo.

Grupo 3: Escolheu o desenho como principal forma de expressão, e destacou a floresta como vida e fornecedora de ar puro. “Nos Indígenas e animais sofrem juntos com o desgaste ambiental, hoje a floresta sofre principalmente com as queimadas que invadiram e recentemente 95% da floresta sofreu com a queimada, assim a terra fica fraca, animais fogem, os que não morrem. Nós indígenas vivemos da caça e da pesca e quando não temos isso, corremos o risco de morrer de fome”.

Complementam “com as queimadas a terra fica infrutífera e seca. A terra sofre com as queimadas, já tivemos técnicos que coletaram a terra para descobrirem o que está acontecendo com a terra que está improdutivo. Quando falamos de redução de CO₂, questiona-se que é só os fazendeiros que poluem, será que nós indígenas não poluímos também? Quando escolhemos usar carros para nos deslocar para pequenos ambientes, quando não usamos o remo para atravessar o lago, precisamos ter consciência com nossas ações pois elas estão inclusas e são causa assim como as ações dos outros. Cada um de nós temos nossa parcela de culpa, não é só o tori que polui, temos que trabalhar em cima dos pontos negativos e tentar usar meios mais sustentáveis”.

Andreia (Moderadora) acrescentou que o grupo trouxe pontos importantes de impacto ambiental locais e coletivo, que se relaciona com recursos naturais.

Srewe Xerente (SEMARH) pediu a fala, em concordância com os pontos levantados, ressaltou que são diferentes das outras comunidades, citou inundações dentro de territórios xerente, além das queimadas as inundações também são frutos das mudanças climáticas. Os impactos aqui podem afetar outras pessoas, finalizou e parabenizou a apresentação.

Clarisse (FUNAI) “Essas diferenças, de como nos relacionamos com o meio ambiente, e o que o Brasil faz, e tem feito para impactar no meio ambiente, e o que o mundo faz para preservar, e combater as mudanças climáticas. Quem está interessado em comprar nosso crédito de carbono? Quem está interessado em comprar são realmente os poluidores, esses pequenos usos como a rabeta para atravessar o rio, não se comparam com os grandes, emissões em larga escala”.

Andreia (Moderadora) retoma a fala e chama o próximo grupo.

Grupo 4: Iniciou a apresentação organizada em pontos e tópicos que devem ser destacados, como mais importantes; “regulagem do clima, importância do oxigênio para a vida na terra e no lago, as mudanças climáticas devido ao desmatamento, alteração nas chuvas, recursos das florestas, para artesanato, sementes, penas dos animais, tudo isso vem da floresta, nossa alimentação também está associada ao meio ambiente”.

Seguiram: “as mudanças climáticas têm impactado na saúde da comunidade, doenças respiratórias, que levam até a morte. As mudanças climáticas mudam o tempo e prejudicam as plantações, que tem o tempo certo de plantio, extinção de espécies, em destaque das araras. Com a falta de coqueiros para a reprodução, as araras vão embora, aumento da temperatura dado ao efeito estufa, causados pelo gás carbônico”.

Exemplificam com a tenda e o calor na oficina: “ a queima das árvores frutíferas e perda das sementes, com a saída e extinção dos animais e extinção dos animais locais, solo destruído. Calor grande como este agora, as pessoas ficam mais tempo no trabalho à noite, pois está mais frio, os mais velhos contam como eram a abundância dentro da comunidade referente a caça e pesca, segurança alimentar dos indígenas está ligada a natureza”.

Andreia (Moderadora) parabenizou o grupo e pontuou a floresta como grande capturador de carbono, as grandes cidades e a sua contribuição para o aquecimento global, em seguida, chamaram o último grupo para apresentar.

Grupo 5: “A muitos anos atrás, tudo era mais fácil para nós indígenas, antigamente os mais velhos falam que iam ali buscar o almoço e realmente voltavam com a caça ou um pescado, devemos continuar preservando, pois os indígenas e os animais dependemos da natureza para sobreviver. Ao decorrer dos anos sentimos que estar mais quente, antigamente maio e abril era frio, usávamos fogueiras, hoje precisamos de ventiladores para dormir e passar o dia, antigamente colhíamos e janeiro, hoje começamos a plantar em janeiro pois as mudanças climáticas atrapalharam nosso calendário de plantações, alterou até a piracema, acaba o período de desova e os peixes seguem desovando, isso é resultado das mudanças climáticas”.

“Este ano sofremos muito mais que nos outros anos, o clima aqui é outro, antes não íamos longe pra encontrar caça, hj temos que ir muito longe pra conseguir um sustento, nossos peixes estão acabando, precisamos ter consciência e ajudar no que for preciso para que nossa próxima geração consiga usufruir de tudo que usufruímos”.

“Na década de 60 o cacique falava que o mundo ia mudar esquentar e falava que não ia ter mais chuva, este tempo está se cumprindo, temos 25% do território queimado. Estamos chegando a plantar em janeiro, isso não existe. Já ouvi a muito tempo que isso ia acontecer, os países que não tem mais mata, comprando nosso carbono para continuar queimando”.

Andreia (Moderadora) retomou a fala lembrando que as mudanças climáticas tem duas grandes fontes: queimadas e desmatamento. Destacou também, a indústria com a queima de combustíveis fósseis, como causadores das mudanças climáticas. Em seguida passou para Rose (Consultora Tocar), que conduziu a explicação, conforme programação.

Rose (Consultora Tocar) se comprometeu em usar linguagem simples, afirmou não usar artigos ou teses acadêmicas para sua explicação. Explicou os conteúdos referentes às mudanças climáticas, segundo cronograma. Para exemplificar os conteúdos da sua apresentação, convidou alguns participantes para serem personagens em encenação.

Viviane Karajá representando uma grande indústria de confecção, Adão Karajá como produtor e exportador de petróleo, Tália como Governo, Rebeca como representação dos povos indígenas, Glaucione como pecuarista e Indionor representando os agricultores familiares. Após a explicação por meio do teatro, Rose (Consultora Tocar) agradeceu a participação dos personagens e explicou como o JREDD+ atua a partir destes personagens.

Rose (Consultora Tocar) destacou que o papel do Estado é investir e buscar parceiros que possam contribuir na conservação do meio ambiente. Colocou o JREDD+ como um mecanismo de cobrança dos grandes poluidores, para beneficiar aqueles que preservam, mas que também desmatam, como forma de reduzir a degradação florestal, a partir de um olhar geral do Estado.

O que é o JREDD+

Mary (Moderadora) iniciou, então, uma dinâmica de abertura para a segunda parte da oficina.

Rose (Consultora Tocar) começou respondendo às perguntas levantadas durante a dinâmica do dia anterior sobre o que significa o REDD+.

Pergunta: Qual é o nosso papel enquanto indivíduo dentro da proposta do JREDD+? Qual o papel da comunidade?

Rose (Consultora Tocar) explicou que a participação nas oficinas e no processo decisório local configura-se como papel fundamental do indivíduo. No âmbito comunitário, a disseminação de informações, o esclarecimento de dúvidas e a comunicação com os demais membros da comunidade são importantes.

Pergunta de um participantes: Pontos positivos: O JREDD+ vai levar dinheiro para a comunidade e pode proteger as florestas. Ponto negativo: O recurso será administrado pelo governo. A falta da FUNAI ou algum representante neste processo.

Rose (Consultora Tocar) explicou que a proposta em questão é de iniciativa governamental, não envolvendo empresas privadas, e fundamenta-se em políticas públicas. Esclareceu que indivíduos envolvidos em atividades de desmatamento também serão incluídos no processo.

Pergunta: O participante manifestou o desejo de obter informações abrangentes sobre o JREDD+.

Depoimento: Um participante relatou sua experiência em uma assembleia no povo indígena Krahô, onde foi expressa a percepção de que o JREDD+ seria prejudicial aos povos indígenas, acarretando consequências negativas.

Rose (Consultora Tocar) informou sobre a realização da presente oficina, onde o diálogo permitiu identificar o desconhecimento prévio sobre o programa. Adicionalmente, comunicou que uma oficina específica será conduzida com o povo Krahô ao final do mês de maio para o devido esclarecimento sobre o JREDD+.

Pergunta: Se poderão manter suas florestas? Haverá restrições ao plantio de mandioca caso o território seja incluído no JREDD+?

Rose (Consultora Tocar) esclareceu que não, pois é uma questão de sobrevivência e da vivência, então não será impedido, o JREDD+ apoia.

Pergunta: O JREDD+ acarretará a perda da autonomia dos indígenas em relação à natureza?

Rose (Consultora Tocar) responde que não. O JREDD+ não possui a prerrogativa de alterar a legislação vigente e configura-se apenas como um instrumento, não detendo o poder de restringir a autonomia indígena sobre seus recursos naturais.

Continua sua fala enfatizando que a mitigação das mudanças climáticas não se limita a cessação do desmatamento, abrangendo também a redução das emissões de carbono. Sublinhou a importância da participação ativa dos povos indígenas nessa missão.

Adão (Karajá e Participante) algum projeto de JREDD+ Jurisdicional ou local já foi implementado ou está em andamento?

Rose (Consultora Tocar) responde que sim, existem iniciativas. Contudo, o modelo que o Tocantins está desenvolvendo, focado no mercado do Cerrado, é singular. Outros Estados brasileiros e o governo federal têm trabalhado nesse modelo de serviço ambiental, e esta será a primeira etapa de negociação dos créditos de carbono. Até o momento, nenhum Estado brasileiro recebeu recursos provenientes da comercialização de créditos de carbono. O projeto de carbono azul, em desenvolvimento na Ilha do Bananal, concentra-se em áreas alagadas. Embora créditos tenham sido gerados, a efetiva transferência de recursos ainda não ocorreu.

Clarisse (FUNAI) esclareceu que projetos jurisdicionais estão em desenvolvimento no Mato Grosso e no Amapá, apresentando similaridades com o modelo em discussão. Diferenciou esses modelos dos projetos privados em terras indígenas, que não existem, mencionando exemplos de modelos jurisdicionais implementados no Acre e no Pará.

Rose (Consultora Tocar) informou que o Acre possui o primeiro projeto JREDD+ do mundo. Explicou que recursos provenientes de países estrangeiros, não originários de doações, não geram nem possibilitam a compra de créditos de carbono. Mencionou as salvaguardas e experiências de cooperações internacionais e os casos do Mato Grosso e do Acre. Destacou que as Salvaguardas do JREDD+ seriam apresentadas na sequência.

Marquinho Karajá (ARPIT) expressou a desconfiança dos indígenas em relação ao governo, a quem atribuem a responsabilidade por seu bem-estar e criticou a ausência do Estado, colocando a FUNAI como órgão responsável. Questionou se o JREDD+ seria uma solução para os problemas indígenas, considerando-o uma assistência mínima. Argumentou que o JREDD+ é apenas um recurso estadual limitado e incapaz de solucionar todas as necessidades dentro do território.

Rose (Consultora Tocar) esclareceu que a estrutura do Estado é dividida em áreas como saúde, agricultura e educação, e que o JREDD+ surge como um complemento e auxílio específico para a área ambiental. Ressaltou que a iniciativa do JREDD+ é uma preocupação do Estado do Tocantins, transcendendo gestões de governadores e senadores, configurando-se como uma política estadual.

Pergunta: Foi enfatizado que o agronegócio é o principal agente de degradação ambiental, assim como a exploração ilegal de terras indígenas, exemplificando a situação na Amazônia, onde uma área de mata densa em 1992 foi completamente devastada por queimadas.

Srewe Xerente (SEMARH) destacou o crescente protagonismo dos indígenas na preservação de seus territórios e informou sobre a realização de consultas abrangentes envolvendo indígenas, quilombolas e a agricultura familiar.

Abdilma (Karajá e Participante) questionou sobre o processo de tratamento do gás carbônico.

Rose (Consultora Tocar) explicou que a conversão do carbono está diretamente relacionada à extensão territorial e ao grau de conservação. Alertou para o risco de perda da conservação devido à presença de fazendas no entorno dos territórios indígenas, apresentando o JREDD+ como um mecanismo para mitigar as emissões geradas pelas atividades agropecuárias. Informou que um cálculo específico será aplicado a cada bioma, considerando seus respectivos valores.

Pergunta: Como será feito este cálculo.

Rose (Consultora Tocar) detalhou que o governo calcula anualmente a área desmatada em hectares, utilizando grades de referência, em todos os Estados, municípios e em âmbito nacional. O governo federal iniciou esse cálculo na Amazônia e, recentemente, o estendeu ao Cerrado, ressaltando as diferenças na degradação entre os dois biomas.

Clarisse (FUNAI) esclareceu que o valor do carbono é gerado pela prevenção do desmatamento, sendo necessário que o Tocantins comprove a efetiva redução do desmatamento para gerar créditos. A redução comprovada é o que gera o crédito e como o carbono é tratado.

Rose (Consultora Tocar) apresentou uma explicação sobre o conceito de carbono e exemplificou o processo de cálculo do crédito de carbono no bioma Cerrado.

Camilla (Moderadora) assumiu a palavra, lembrando o espaço de avaliação e convidando os participantes a avaliarem o evento. Em seguida, solicitou que os grupos se reunissem novamente para elaborar uma breve explicação sobre o JREDD+, com foco nos pontos principais e na forma de transmitir as informações aos familiares que não puderam comparecer. Posteriormente, foi realizada uma dinâmica com o grupo de moderação.

Salvaguardas

Rose (Consultora TOCAR) retomou a discussão sobre o JREDD+ como política pública, enfatizando que a escuta às comunidades é central para identificar e mitigar riscos. Ao retomar o conceito de salvaguardas, apresentou as sete Salvaguardas de Cancún que orientam a implementação do programa: (1) coerência com programas florestais nacionais e internacionais, para que nada contrarie leis e políticas já vigentes; (2) governança florestal transparente e eficaz, com informações, critérios e resultados públicos; (3) respeito aos conhecimentos e direitos de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, valorizando modos de vida e regras próprias de consulta; (4) participação plena e efetiva das partes interessadas, garantindo escuta nos territórios e presença em espaços de decisão; (5) promoção da conservação das florestas naturais e da biodiversidade, vedando a conversão de mata nativa; (6) minimização do risco de reversão, para que reduções alcançadas hoje não sejam perdidas amanhã; e (7) prevenção do deslocamento de emissões, evitando reduzir o desmate num lugar e empurrá-lo para outro, com monitoramento contínuo.

Clarisse (FUNAI) complementando a fala de Rose (Consultora Tocar), explicou que as salvaguardas são mecanismos para garantir que o objetivo do JREDD+, que é reduzir o desmatamento e a degradação, não gere efeitos colaterais indesejados para as populações que mais contribuem para a proteção das florestas.

Reafirmou que, embora os territórios indígenas não sejam as principais áreas de desmatamento, existe o risco de injustiça na implementação do JREDD+. As salvaguardas são, portanto, mecanismos concebidos para mitigar esses riscos. O princípio fundamental é a manutenção da coerência e integridade com as políticas nacionais. A legislação indigenista não pode ser infringida em decorrência do JREDD+. Existem múltiplos critérios a serem rigorosamente observados. A governança do projeto deve assegurar que as opiniões e reivindicações sejam comunicadas de maneira transparente e eficaz. O governo do Estado do Tocantins

promulgou a lei PEPSA, que estabelece a participação dos povos indígenas nas instâncias de tomada de decisão. Concluiu, incentivando uma reflexão sobre se esse modelo de participação atende aos interesses e necessidades das comunidades indígenas.

Kuikara (Participante) pergunta se caso o povo Karajá Xambioá opte por não aderir ao JREDD+, quais serão as implicações para a comunidade?

Rose (Consultora Tocar) explica que o JREDD+ configura-se como uma política pública estadual, e o território Karajá, integrando o Estado do Tocantins, possui o direito de não participar desta política. Mesmo que inicialmente não haja adesão, o programa prosseguirá em outras áreas do Estado. O JREDD+ está estabelecido no Tocantins desde 2018, por meio de uma lei sobre mudanças climáticas. Caso o programa obtenha sucesso, o território Karajá poderá aderir posteriormente, se assim desejar.

Gilvan (Karajá e Participante) pergunta em relação à repartição de benefícios e à governança, parece haver uma indicação de representação individual. Caso ocorram problemas, como será a responsabilização, considerando a divisão em diversos grupos, como agricultura familiar, indígenas e quilombolas, com uma alocação de apenas 25% dos recursos? Embora o projeto pareça promissor, é necessário cautela quanto à efetiva chegada dos benefícios à área indígena, dada a totalidade desses 25%.

Rose (Consultora Tocar) esclareceu que a representação será por meio de uma organização ou um representante indicado pelas próprias comunidades, não havendo representação individual, mas sim a representação de um coletivo. O papel do representante indígena na comissão será desafiador, pois envolverá a representação de todos os povos, assim como quilombolas, agricultores familiares e o agronegócio. A indicação deve recair sobre alguém que defenda os interesses de todos esses grupos. A CEVAT (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento Territorial) deverá ter no mínimo 13 membros. Ao final do ano anterior, o COEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) deliberou sobre 15 membros, aprovados na última discussão, incluindo representantes de quilombolas, agricultores familiares, indígenas e o agronegócio, além de representantes da FUNAI, universidades, Ministério Público Estadual e secretarias de sistemas produtivos.

Gilvan (Karajá e Participante) fala que uma lei já foi criada. Fomos convidados a participar da discussão.

Rose (Consultora Tocar) explica que a ARPIT pode propor mais participantes, sugestões que poderão ser levadas à audiência, pois a estrutura de governança faz parte da consulta e pode ser modificada, se necessário.

Marlene (Karajá e Participante) questionou sobre os interessados na compra dos créditos de carbono e manifestou preocupação com uma única representação para os povos indígenas, ressaltando a necessidade de maior espaço de decisão para as comunidades tradicionais.

Rose (Consultora Tocar) concordou com a ideia de uma representação proporcional ao tamanho dos grupos, mas esclareceu que essa é a proposta inicial e que, com a implementação do programa, o número de representantes poderá ser ampliado.

Marquinho Karajá (ARPIT) solicitou a palavra para questionar a representação do agronegócio no material impresso, que aparentemente ocorria em duas categorias: agro pequeno agricultor e agricultura familiar. Sugeriu o aumento do número de representantes na governança.

Rose (Consultora Tocar) prosseguiu com os tópicos sobre salvaguardas, pontuando que os representantes podem ser alterados ao longo do tempo, esclarecendo que isso não seria um problema. Explicou a distinção entre pequeno agricultor e agricultor familiar e detalhou os grupos abrangidos pelo PIQPCQTAF (Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares).

Adão (Karajá e Participante) pergunta se caso o projeto seja aprovado, gostaria de entender como seria o acesso aos recursos e aos projetos. Nossa terra é tropical, assim como outras áreas. Como será a repartição dos recursos? O projeto virá de forma esquematizada?

Milena (Karajá e Participante) questiona sobre a repartição de benefícios, o grupo indígena receberá 25%. Esses números podem ser modificados? Se um dos grupos não cumprir o que é solicitado, não desmatar, e outro desmatar, o que acontecerá?

Repartição de Benefícios e Governança

Rose (Consultora TOCAR) acrescentou que a mesma lógica das salvaguardas aparece tanto na repartição de benefícios quanto na governança do programa. Explicou, de forma direta, que a referência em debate no Tocantins prevê 50% dos recursos para fortalecimento institucional do Estado — monitoramento, fiscalização, auditorias, gestão dos subprogramas e funcionamento da governança —, 25% para PIQPCQTAF (povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares) e 25% para o setor agroprodutivo (pequenos, médios e grandes). Reforçou que o acesso não é individual, mas por projetos coletivos apresentados por associações e cooperativas em editais do Fundo Clima, com critérios públicos, metas, prazos e prestação de contas.

Sobre a governança, Rose destacou que o JREDD+ é uma política pública com instâncias de participação e controle: espaços de consulta nos territórios; ouvidoria e site para registro de dúvidas e sugestões; e órgãos colegiados, como COEMA e CEVAT, onde as decisões são discutidas e acompanhadas. Lembrou que as oficinas produzem ajuda-memória, que alimenta as etapas seguintes (reuniões de consolidação e audiência pública) e orienta ajustes nas regras e percentuais, sempre com transparência e controle social.

Marquinho Karajá (ARPIT) pergunta se suponhamos que a questão da repartição tenha sido abordada superficialmente na reunião anterior, mas agora está mais clara. Qual o valor que o Estado está recebendo, pago pela Mercuria?

Rose (Consultora Tocar) informou que os contratos estão disponíveis para consulta pública no site. Explicou sobre o funcionamento da Mercuria e o processo de movimentação dos recursos financeiros, informou ainda que o estado do Tocantins ainda não vendeu seus créditos de carbono.

Socorro (Karajá e Participante) pergunta se caso o povo concorde com o JREDD+, como será a escolha dos projetos? Teremos a possibilidade de escolher? A cultura será respeitada?

Rose (Consultora Tocar) respondeu, explicando a salvaguarda número 3 (respeito ao conhecimento e direito dos povos indígenas).

Viviane (Karajá e Participante) fala que os anciãos não aceitariam essa proposta, mas os mais jovens estão interessados. O Estado já possui dívidas. Caso o JREDD+ não obtenha sucesso, quais serão as consequências para os povos indígenas?

Rose (Consultora Tocar) respondeu que não haverá consequências financeiras para os povos indígenas, pois já existe um acordo e um contrato firmado com a empresa. Eles não precisarão devolver o dinheiro.

Viviane (Karajá e Participante) retomou a palavra, enfatizando que o povo ainda está em processo de compreensão e que o foco principal não é o ganho financeiro imediato.

Em seguida entra um grupo masculino realizando a dança da celebração da felicidade.

A oficina foi encerrada às 19h00.

DIA 3: TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2025

PARTICIPANTES

1. Danielle H. Carvalho Karajá (Não identificado)
2. Jamilly Pereira Nascimento (Não identificado)
3. Suelem B. Karajá (Não identificado)
4. Nariaxi Achurê de Oleiveira (Não identificado)
5. Augusto C. Karajá (Não identificado)
6. Milena D. Achurê Karajá (Hawa-Tymara)
7. Mikaely M. Karajá (Hawa-Tymara)
8. Priscila H. T. T. Karajá (Hawa-Tymara)
9. Railton M. Karajá (Hawa-Tymara)
10. Luiz Lima Karajá (Xambioá)
11. Ainõa Hatawaki Karajá (Wry-Lyty)
12. Mizael T. Karajá (Wry-Lyty)
13. Jose B. da Silva (Wry-Lyty)
14. Edilson Karajá (Xambioá)
15. Fileman T. Karajá (Wry-Lyty)
16. Ricardo Y. F. Karajá (Wry-Lyty)
17. Xixereo T. Karajá (Hawa-Tymara)
18. Jeova Miranda Karajá (Hawa-Tymara)
19. Janaina Pena da Silva Hawa-Tymara)
20. Indionor Pereira Guarani (Hawa-Tymara)
21. Amanda K. F. Karajá (Hawa-Tymara)
22. Mauricio T. Karajá (Xambioá)
23. João Paulo Karajá (Xambioá)
24. Patrícia Karajá (Wry-Lyty)
25. Luiz Pereira K. Karajá (Wry-Lyty)
26. Maria I. Karajá (Wry-Lyty)
27. Magdiel G. M. Karajá (Não identificado)
28. Kainan Karajá (Não identificado)
29. Suelem Karajá (Não identificado)

30. Maria Clara M. (Pará)
31. Yara Kallyta Santos (Pará)
32. Sidineia Karajá (Xambioá)
33. Abdilma Gomes da Silva Karajá (Kuherê)
34. Thauanny Ribeiro C. da Silva (Hawa-Tymara)
35. Ruth Karajá (Wry-Lyty)
36. Lorrane X. (Hawa-Tymara)
37. Kawany Karajá (Xambioá)
38. Miriam Silva M. Leite (Araguaína)
39. Thalia Souza Karajá (Hawa-Tymara)
40. Wayllany T. Barros Karajá (Hawa-Tymara)
41. Silviam Karajá Amorim (Araguaína)
42. Gilvan Karajá (Sem identificação)
43. Yasmin Santos Miranda (Pará)
44. João Pedro Silva Sousa (Pará)
45. Thais K. S. Karajá (Hawa-Tymara)
46. Amanda F. A. Karajá (Hawa-Tymara)
47. Mario Karajá (Xambioá)
48. José R. B. Karajá (Xambioá)
49. Edson M. Karajá (Xambioá)
50. Guilherme Sousa Karajá (Xambioá)
51. Mauricio Karajá (Xambioá)
52. Kayane Gabriel da Silva (Xambioá)
53. Glaucione M. (Kuherê)
54. Leuciva Gomes Karajá (Hawa-Tymara)
55. Mikaelly M. T. T. Karajá (Hawa-Tymara)
56. Luis Felipe G. T. (Kuherê)
57. Elloar Moreira Azevedo (Xambioá)
58. Suelen B. Karajá (Xambioá)
59. Ester Moreira Azevedo (Xambioá)
60. Simão K. Karajá (Wry-Lyty)
61. Sandra W. Karajá (Wry-Lyty)
62. Keilla Tuinaki Karajá (Não identificado)
63. Marianne B. Karajá de Sousa (Não identificado)
64. Lucas T. X. Karajá (Não identificado)
65. Zé Roberto Karajá (Não identificado)
66. Eva B. Karajá (Wry-Lyty)
67. Graziela M. Karajá (Não identificado)
68. Luceli L. Karajá (Wry-Lyty)
69. Viviane T. da Silva (Não identificado)
70. Xwane K. Da Silva (Hawa-Tymara)
71. Rosangela Mahike F. D. C. Karajá (Wry-Lyty)
72. Ricardo T. Karajá (Xambioá)
73. Kaynã J. A. Karajá (Xambioá)
74. Cynthia Xeheru Pena Karajá (Hawa-Tymara)
75. Marlene da Silva Karajá (Manoel Achure)
76. Marcia L. Karajá (Wry-Lyty)
77. Renato Karajá (Xambioá)

Abertura

Camilla (Moderadora) iniciou as atividades, agradeceu a presença de todos e convida Gilvan Karajá para fazer a abertura com uma oração. Em seguida a

recreadora Roberta, organiza as crianças na frente e pede autorização dos pais para conduzir as brincadeiras.

Camilla (Moderadora) retoma a fala, destaca o espaço para avaliação das oficinas, disponibilizado ao lado da plenária, como espaço para apontamentos dos pontos positivos, negativos e a melhorar.

Robson (Participante) agradece aos caciques presentes, e pede licença para apresentar uma dança latino-americana no território indígena.

Camilla (Moderadora) parabeniza a apresentação, relembra atividade da oficina passada e convida voluntários para falarem. (A atividade era apresentar para o grupo, como o participante levará os conhecimentos adquiridos nas oficinas, para os parentes em casa). Thalia (Karajá e Participante) se voluntariou para falar.

Thalia (Karajá e Participante) afirmou que para apresentar tudo que ouviu nas oficinas, ressaltaria as siglas JREDD+ e destacaria a importância da preservação e da união entre os povos e principalmente os adultos e jovens.

Viviane (Karajá e Participante) explica que “O JREDD+ é uma parceria muito legal, mas deveria ter mais oficinas para entendermos melhor os conteúdos. Como falamos ontem, ainda nos preocupamos como isso vai afetar nosso povo. Deveria se ter mais palestra para reforçar o conteúdo, ainda tem muita gente que não entendeu muita coisa, digo isso por mim e pelos anciãos. Na minha opinião precisaria ter mais oficinas, nem que seja só com anciões, para a gente conseguir entender mais.”

Camila (Moderadora) destacou que as próximas oficinas seriam mais esclarecedoras, e que todas as dúvidas serão tiradas nos grupos. Em seguida, chamou Rose (Consultora Tocar) para dar continuidade às atividades.

Rose (Consultora Tocar) cumprimenta a todos, afirmou importante a fala da Participante Viviane, para a construção que está sendo feita nas oficinas. Destacou que os representantes podem solicitar visitas extras da equipe, que estará à disposição.

Indicação das Ações Mais Importantes

Camila (Moderadora) convidou os grupos a se reunirem novamente e responder: “Se acontecer o JREDD+ o que vocês querem fazer para conservação do território e valorização dos povos indígenas”.

Rose (Consultora Tocar) acrescentou: “dando certo o programa, o recurso ficará no Fundo Clima”. Comentou que este é o momento de identificar as ações necessárias para manter o modo de vida da comunidade.

Logo em seguida, os grupos se reuniram (o objetivo da atividade era apresentar para o grupo, como o participante levará os conhecimentos adquiridos nas oficinas, para os parentes em casa).

Às 10:51 os grupos já organizados na plenária começaram as apresentações.

Grupo 1: Destacou a produtividade do grupo, apresentando os participantes, que em sua maioria são da escola Manuel Axurê. O grupo iniciou com os pontos mais

relevantes como; “projeto de geração de renda, investimento nas estruturas, melhorias estradas, fortalecimento das equipes de fiscalização e preservação”.

O grupo reafirmou o reflorestamento como uma necessidade extrema; “para que nossas espécies de plantas não sejam extintas, a capacitação de brigadistas indígenas, que atuem também no reflorestamento, além do convênio com município, para o monitoramento com guaritas nas estradas do território, para evitar que pessoas perigosas entrem, como já aconteceu.”

Destacaram a necessidade de estradas nos arredores do território, para barrar as queimadas e gerar monitoramentos. Além das melhorias nos transportes de saúde, e carros equipados com EPI’s de qualidade para atender a comunidade.

Explicam ainda “Nosso povo vem preservando o rio pois viemos de lá, dependemos dele para alimentar nossas famílias, e precisamos da mãe terra para nossos artesanatos” O grupo questionou o motivo de estar sendo citado somente os pontos positivos do projeto, solicitam a inclusão dos pontos negativos e cobram resposta a organização.

Rose (Consultora Tocar) parabeniza o grupo, organiza as contribuições e pede ajuda aos presentes que pense nos pontos negativos que eles identificaram, para que seja discutido exatamente o que os preocupa.

Marquinho Karajá (ARPIT) parabeniza a organização do grupo e compara com o PGTA que acontecerá de forma semelhante, com a participação do grupo. Lembrou que em nível mundial a organização indígena é cobrada para que 50% da participação seja feminina, atentou para necessidade do fortalecimento do movimento das mulheres como reivindicação importante. Destaca o plano de vida como uma responsabilidade coletiva, com a participação de todos. Incentiva a gratidão aos antepassados e união entre povos, e encerra a participação com um pedido aos participantes, que não se sintam pressionados para tomar decisões agora.

Rose (Consultora Tocar) explicou que o objetivo das reuniões é de diminuir a desinformação referente ao JREDD+, e reforçou que o objetivo não é formar especialistas no programa. Comentou também, mais dois objetivos a serem definidos: Escolher a representação de todos os povos indígenas no Tocantins, e definir 4 representantes sendo dois homens e duas mulheres que representem os Karajás, na audiência pública de junho. Lembra que este momento não é de decisão sobre a participação do povo no programa JREDD+, comenta que a decisão da participação no projeto será definida lá na audiência pública, junto com as demais comunidades. Seguiu com as apresentações, chamando o próximo grupo.

Grupo 2: O grupo começa supondo já ter o dinheiro em caixa, e apontou necessidades urgentes; “Reciclagem das praias e casas dentro da comunidade, programas de incentivo ao não alcoolismo; fortalecimentos dos materiais para artesanato, ônibus local, caminhão e camionetes para ajudar a comunidade; guaritas, e incentivo à apicultura dentro do território”.

O grupo destacou um levantamento entre os participantes, sobre a adesão ou não ao programa, afirmando que se nada for feito, os problemas continuarão. Explicaram que a construção de espaços e assessoramentos as associações são demandas urgentes dos territórios.

Camilla (Moderadora) retoma a fala e chama o próximo grupo.

Grupo 3: Apresentação foi organizada em pontos específicos a serem aperfeiçoados dentro da comunidade, “acreditamos que devem olhar para a preservação da cultura manutenção da floresta, o recurso pode ser visto como oportunidade de economia dentro do território, investir em plantação e comercialização, como um viveiro de mudas frutíferas e medicinais, formação das roças comunitárias, manejo das queijadas para caça, roças de macaxeira para venda nas feiras, plantação de banana, inhame e arroz. Fortalecimento da casa de farinha também, e a criação da casa de cultura/artesanato. Projetos para fortalecer os peixes que estão correndo risco de extinção, englobar pacotes de turismo com pacotes de visitas e comidas típicas, com uma equipe de monitoramento com equipamentos de qualidade, Investir no turismo que engloba tudo que foi falado, investir nas trilhas da mata”.

Camila (Moderadora) retomou a fala, enfatizou a importância do turismo de base comunitária, agradeceu as colocações e pediu uma pausa de uma hora, para o almoço.

Às 12:55 as atividades foram retomadas com a continuação das apresentações.

Grupo 4: Inicia solicitando um olhar mais humano sobre o reflorestamento e destaca a falta de assistência, referente às queimadas. Afirmam que a falta fortalecimento da língua materna gera uma preocupação, pois apenas os anciãos sabem falar. “As reservas também são uma preocupação nossa, elas estão sendo tomadas pelos fazendeiros, isso é papel do Estado e da Funai e tem deixado a desejar, precisamos de monitoramento dia e noite, outras aldeias têm isso, mas nós não, e por que não? Saber quem entra nos nossos territórios é importante, porque nossas crianças vivem livres dentro do território”.

“Se esperarmos ajuda vim de fora vai demorar muito pra chegar aqui, precisamos ser autodidatas e preparados para trabalhar aqui. Criação de renda e projetos de hortaliças, já tivemos aqui, mas não prosperou, por falta de investimento, manejo de fauna, fortalecimento de mulheres e lideranças por meio da educação dos direitos e deveres, prepara os jovens para permanecer na luta. Formação para escrita de projetos, quando precisamos de um projeto temos que pedir para os outros, valorização por meio do plantio das comidas típicas locais”.

“Editais feitos por *toris* (não indígenas) que só podem ser acessados por associações, e os povos como se organizam? Precisamos de editais que não sejam restritos, e que abarque todas as pessoas, assim consigam se inscrever e participar”.

“Maquinário para plantio, precisamos de mais tempo para captar, tem muitas perguntas no ar, nosso povo é tímido. Temos direito de desconfiar e questionar e conhecer melhor, consultar nossos anciãos, não puderam ficar aqui pois por causa da logística da oficina. Temos muitas perguntas iguais, mas perspectivas diferentes”.

Camila (Moderadora) retoma a fala, e agradece todos os pontos levantados, em seguida chamou o próximo, e último grupo.

Grupo 5: Iniciou agradecendo a participação dos que ficaram até o último dia de oficina, agradeceram a comunidade que acolheu o evento e começaram a

apresentação. “Precisamos de reflorestamento no território, capacitação técnica, implementação dos sistemas agroflorestais. A criação de brigadas remuneradas pelo JREDD+, projetos infantis sobre reciclagem de lixo, o projeto já existe aqui, só o que queremos é o seu fortalecimento”.

“Necessitamos da criação de um centro cultural especializado em comidas típicas e língua materna, guaritas no TI, monitoramento nos lados e demarcação do território, além da criação de um viveiro, do Intercâmbio cultural para fortalecimento da comunidade e o fortalecimento eficaz para formação de roças”.

Rose (Consultora Tocar) retoma a fala, organiza os pontos centrais das apresentações, e logo após abriu espaço para comentários adicionais.

Clarisse (FUNAI) “gostaria de saber como será o tratamento final do relatório, com as demandas pontuadas pelos povos aqui presentes, e a escolha dos delegados”.

Rose (Consultora Tocar) são representantes da comunidade para audiência pública, poderão ser alterados, a qualquer momento, serão como um fio condutor sobre as informações do JREDD+, para a comunidade.

Clarisse (FUNAI) questionou se a reunião da audiência pública, será realizada em conjunto, com todos os grupos presentes da repartição de benefícios, e comentou também, que o formato da audiência pública não é adequado para a comunicação com povos indígenas.

Rose (Consultora Tocar) remonta a fala e afirma a importância do caminho realizado pela organização do programa, com consultas anteriores, que afirmaram quais os formatos seriam mais adequados para os povos. Questionou aos presentes se esse seria o momento correto para definir os representantes, e os grupos de governança.

Railton (Karajá e Participante) confirma que agora não seria o momento de decisão pois precisam se reunir com os caciques para decidir.

Rose (Consultora Tocar) retomou a fala e comentou sobre a necessidade de uma organização nas legitimidades das associações, conforme a lei para que elas voltem a funcionar. Cita a ARPIT como representante legítima a entrar na liderança da governança.

Rose (Consultora Tocar) enfatizou que a construção das necessidades da comunidade também traz parte dos riscos, então assim como o JREDD+ tem seus pontos positivos, também tem seus riscos.

Marquinho Karajá (ARPIT) afirmou que a representação é um processo de construção que ainda está no início. Explicou como funciona a associação e sua parceria com outros órgãos. Destaca que um dos objetivos da associação é a formação e capacitação dos povos indígenas, comentou também que, presente nas oficinas são 5 aldeias, que indicarão representantes, para a audiência pública.

Rose (Consultora Tocar) propôs uma reunião futura de consolidação, para definição dos representantes, Kainan se comprometeu em registrar as reuniões, que começaram a partir de segunda-feira, que definiriam os representantes da audiência pública.

Socorro (Karajá e Participante) questiona se há possibilidade de 5 representantes, sendo um de cada aldeia.

Rose (Consultora Tocar) afirma que isso não foi levantado antes pelas lideranças, nas reuniões prévias, mas isso pode mudar se o povo se unir e reivindicar.

Railton (Karajá e Participante) propôs que as pessoas disponíveis para apresentarem, se manifestassem na plenária, para que fossem definidas mediante votação dos presentes.

Glaucione (Participante) complementou que a proposta anterior é a mais correta, e pergunta se os participantes podem se reunir a sós e definir quem serão os representantes deles.

Rose (Consultora Tocar) concorda com a iniciativa, pede para os demais presentes se retirarem da plenária até o grupo decidir.

Escolha dos representantes para a Audiência Pública

Após discussões, o grupo decide que os representantes serão:

Masculino: Railton e Adão

Feminino: Marlene e Viviane.

Rose (Consultora Tocar) pergunta se todos concordam com os representantes e eles respondem que sim!

Encerramento e Agradecimentos

Maurício, Simão, Socorro, Marlene (Participantes) agradecem pela apresentação dos conteúdos, a Funai e aos órgãos presentes na oficina. Agradeceram aos jovens pela presença, a logística, as cozinheiras e a organização do evento.

Simão (Karajá e Participante) afirmou ser importante a luta, e ir atrás dos projetos que beneficiaram a comunidade, encerrou agradecendo a todos.

Os participantes elogiam a boa organização, e fica feliz por eles serem ouvidos, “nunca fizeram algo tão grande para nós, achamos importante que tenham outros eventos para consulta dos povos indígenas”. Finalizaram reforçando a importância da participação da comunidade na construção das oficinas.

Clarisse (FUNAI) começou parabenizando a comunidade pela contribuição no processo, destaca que eles, os representantes terão uma grande responsabilidade, de entender mais o programa e o que está envolvido. Pontuou que as decisões devem ser tomadas em conjunto com o povo. Finalizou agradecendo a presença de todos e colocando a Funai a disposição.

Marquinhos Karajá (ARPIT) iniciou falando da importância do diretor do ministério que esteve presente. Destacou as falas do povo Karajá, os parabenizando pelas participações durante as consultas públicas, “se todas fossem feitas assim seria ótimo”.

Continuou falando que o projeto só dá certo se for construído da forma correta, comentou ser importante uma grande equipe com advogados e contatos importantes para atender as necessidades de todos.

Aproveitou para expor que falta uma secretária para a agricultura indígena. Por fim agradeceu a disponibilidade de todos os participantes e desejou que as oficinas tenham atingido seus objetivos.

Rose (Consultora Tocar) agradeceu a todos novamente, em especial a Simone, pelo acolhimento e cuidado alimentar de todos, durante as oficinas.

Srewe Xerente (SEMARH) finalizou as falas, agradecendo a presença de todos nos três dias de oficinas.

É feita a leitura da Ajuda-Memória por Marlene e a seguir foi feita a assinatura do documento e a entrega dos certificados. A oficina foi finalizada às 16:10h.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA

- Cultura (artesanatos, comidas típicas, remédios tradicionais, danças tradicionais, livros);
- Apoio em festas tradicionais;
- Promoção de intercâmbio cultural entre as aldeias Karajá;
- Centro de fortalecimento da cultura Karajá e formação em artesanato, história, e comidas típicas;
- Construção de uma casa cultural;
- Valorização de comidas típicas locais.

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS

- Criação de viveiros de mudas nativas e exóticas;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Reflorestamento;
- Plantação de cacau, açaí, buriti, pau brasil;
- Corredores Ecológicos.

VIGILÂNCIA PROTEÇÃO

- Brigada permanente;
- Instalação de guaritas na entrada da terra indígena, demarcação física e placas com limite da terra indígena;
- Fiscalização motos, barcos e voadeiras;
- Estrutura para fiscalização: veículos, tecnologia e informática;
- Monitoramento da floresta (reserva);
- Monitoramento da terra indígena;
- Fiscalização permanente.

MANEJO FAUNA E FLORA

- Manejo de espécies;
- Piscicultura, apicultura e meliponicultura;
- Manejo de fauna para conservação da cultura;
- Projeto de manejo de queixadas;
- Caranha, piroasca e jaraqui;

- Projetos de quelônios e queixadas.

INFRAESTRUTURA

- Investimento nas reformas de construções públicas;
- Melhoria na estrada de acesso à terra indígena;
- Estruturação da sede das associações da terra indígena.

TRANSPORTE

- Melhorias nos transportes da saúde (ambulância equipada);
- Transporte: ônibus, caminhão, caminhonete e tratores.

SAÚDE E BEM VIVER

- Projeto de prevenção ao alcoolismo;
- Projeto de incentivo ao esporte.

SISTEMA AGRO PRODUTIVOS

- Capacitação técnica e infraestrutura para implantação de sistema agroflorestal na aldeia;
- Projeto de maquinários de plantações de roças mecanizadas;
- Projeto da roça comunitária;
- Casa da farinha;
- Projetos de hortaliças;
- Macaxeira, banana, inhame, arroz;
- Projeto de árvores frutíferas.

RECICLAGEM DE LIXO

- Reciclagem – limpeza das praias, limpeza das comunidades;
- Fortalecimento do projeto educativo para crianças com foco em reciclagem de lixo;
- Reciclagem – treinamento de resíduos.

PRODUÇÃO E RENDA

- Projeto de geração de renda e emprego;
- Turismo, trilhas, pousada e casa de artesanatos.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

- Railton M. Karajá (Hawa-Tymara)
- Adão Karajá (Wry-Lyty)
- Marlene da Silva Karajá (Manoel Achurê)
- Viviane T. Karajá (Xambioá)

Avaliações e resultados da oficina

Em suma, a oficina alcançou resultados significativos ao promover um espaço de escuta, diálogo e reconhecimento das necessidades e perspectivas da comunidade indígena. Todos os objetivos foram finalizados com sucesso, recebendo elogios dos participantes e lideranças presentes. Houve uma expressiva contribuição por parte dos presentes, com diversas falas que auxiliarão na construção de futuras demandas e ações. As manifestações dos participantes e representantes evidenciam um sentimento de valorização, a importância da união e da participação ativa para o avanço de projetos futuros.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEGUNDA FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2025



Credenciamento



Dança da celebração da alegria

DIA 02: TERÇA FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2025



Apresentação conteúdos



Apresentação conteúdos



Discussões em grupos para definição de ações importantes





Apresentação das ações importantes pelos grupos



Apresentação das ações importantes pelos grupos

DIA 03: QUARTA FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2025



Apresentação conteúdos	Representantes escolhidos para a Audiência Pública
	
Encerramento com os líderes	
	
Entrega dos certificados	